

**IMPACTO DO CONFLITO ARMADO SOBRE
O SECTOR DA EDUCAÇÃO NO NORTE E CENTRO
DE CABO DELGADO (2015-2020)¹**

***IMPACT OF THE ARMED CONFLICT ON
THE EDUCATION SECTOR IN THE NORTH AND CENTER
OF CABO DELGADO² (2015-2020)***

Achegar Tiodósio Matias ³

RESUMO

Este estudo teve como objectivo compreender o impacto na educação do conflito que está assolando a província de Cabo Delgado desde Outubro de 2017, supostamente derivante da insurgência de grupos armados de religião islâmica, contra o Estado moçambicano. Os indicadores selecionados para o efeito foram a evolução da rede, efectivo profissional e escolar, referentes às áreas afectadas pelo conflito. O trabalho foi desenvolvido mediante uma abordagem quantitativa, comparando os dados antes (2015) e depois (2020) do conflito armado, consoante os indicadores acima assinalados. Uma série de inquéritos junto a informantes-chave completou o trabalho de recolha dos dados. Os resultados obtidos demonstraram quão difíceis e de frequente pouco organizadas foram as transferências involuntárias de muitos alunos e professores da província para zonas mais seguras, onde ainda o défice de infraestruturas resulta evidente.

Palavras-chave: Migração involuntária; Rede escolar; Gestão das transferências escolares; Conflito militar.

ABSTRACT

This study aimed to understand the impact on education caused by the conflict plaguing the province of Cabo Delgado since October 2017, supposedly due to the insurgency of armed Islamic groups against the Mozambican state. The indicators selected for this purpose were the evolution of the network, professional and school personnel in the areas affected by the conflict. The work was developed using a quantitative approach, comparing the data before (2015) and after (2020) the armed conflict, according to the aforementioned indicators. A series of surveys with key informants was used to complete the data collection. The results showed how difficult and often poorly organized were the involuntary transfers of many students and teachers from the province to safer areas, where the infrastructure deficit is still evident.

Keywords: *Involuntary migration; School network; School transfer management; Military conflict.*

¹ Ensaio escrito em português de Moçambique.

² Província de Moçambique.

³ Atualmente é Professor Doutorando em Ciências da Comunicação pela Faculdade de Educação e Comunicação-Universidade Católica de Moçambique - Nampula. Mestre em Sociologia de Trabalho e das Organizações. e-mail: achegartiomatias989@gmail.com

INTRODUÇÃO

O estudo aqui apresentado propõe uma análise de uma pesquisa que o autor levou a cabo ao longo dos últimos dois anos, sobre o impacto na educação do conflito armado no Norte e Centro de Cabo Delgado em Moçambique.

O interesse para com este tema deve-se ao facto de que num passado recente a Província de Cabo Delgado, onde avança o maior investimento privado de África para exploração de gás natural, estar sob ataque desde 05 de outubro de 2017 por insurgentes, supostamente pertencentes a grupos radicais islâmicos. Este fenómeno é classificado pelas autoridades moçambicanas e internacionais como uma ameaça terrorista.

Segundo apontam os resultados definitivos do Censo 2017 (INE, 2019), esta província têm uma área de 82 625 km² e tinha uma população de 2.32 milhões de habitantes. Estatisticamente é a província com a mais elevada taxa de analfabetismo quando comparada com as restantes províncias, com cerca de 60,7%, e com uma assimetria de 44.9% ao nível do país (IOF, 2014/2015).

Face ao impacto na educação do conflito armado no Norte e Centro de Cabo Delgado, nos conduz a constituir a seguinte hipótese da pesquisa:

O conflito armado no Norte de Cabo Delgado está provocando pressão sobre as infraestruturas, serviços de educação e intensificou a perturbação do ensino na região, devido à fuga de muitos professores e alunos em três anos de conflito. Entretanto, os serviços de educação das zonas de acolhimento dos deslocados de guerra não conseguiram organizar devidamente o acolhimento dessas pessoas, deixando que o sistema educacional sofresse uma acelerada degradação.

A pesquisa surgiu no campo de acção da responsabilidade académica pela tomada de consciência que o sector de educação constitui uma das grandes prioridades do Governo de Moçambique no combate ao analfabetismo, pelo que deve ser considerada uma das principais preocupações dos cidadãos, académico-sociólogos, os órgãos de Administração pública e do MINED em particular, tendo em vista o desenvolvimento da província e do País em geral.

Entretanto, a presente pesquisa reveste-se de fundamental relevância ao ponto de os seus resultados propiciarem no entendimento da matéria sobre a educação no que diz respeito a evolução dos efectivos profissionais e a expansão da rede escolar em Cabo Delgado.

Com esta pesquisa, pretende-se compreender e quantificar o impacto na educação do conflito em Cabo Delgado, caracterizando o processo de ensino e aprendizagem nas zonas afectadas e comparando a evolução da rede, efectivo profissional e escolar entre o antes e o depois dos ataques.

A metodologia usada foi mediante uma abordagem quantitativa, através de uma análise de dados estatísticos e secundários fornecidos pelas direcções distritais da educação, DPEDH, com a prévia identificação de indicadores que serviram para comparar os dados antes (2015) e depois (2020) do conflito armado. Uma série de inquéritos junto a informantes-chave completou o trabalho de recolha dos dados.

O texto está subdividido em três partes. Na primeira apresenta-se os aspectos gerais da Província de Cabo Delgado em termos da sua localização geográfica, seguida da perspectiva histórica da educação contemporânea do País. Na segunda descreve-se como foi a evolução da rede e efectivo profissional escolar em Cabo Delgado antes do conflito armado (2015-2017). E na terceira são apresentados os dados através da discussão dos resultados e as considerações finais.

2. ASPECTOS GERAIS

A província de Cabo Delgado localiza-se no extremo nordeste do país, fazendo fronteira, a norte com a Tanzânia, da qual está separada pelo Rio Rovuma, a oeste com a província do Niassa e com a província de Nampula a sul. Para a zona este é limitado com o Oceano Indico e na outra margem do Rio Lúrio.

Cabo Delgado, está dividida em 17 distritos e possui, desde 2013, cinco municípios: Chiúre, Mocímboa da Praia, Montepuez, Mueda e Pemba.

Actualmente, Cabo Delgado é um território que tem galvanizado as atenções mundiais, com a descoberta dos recursos naturais, deixando cada vez mais pobre e mais rica província ao nível nacional em termos de recursos naturais (FRANCISCO, 2020).

Compartilhando a reflexão de Francisco (2020), "Cabo Delgado é a mais pobre de Moçambique" pelo facto de que foi a província esquecida em termos de políticas de desenvolvimento, sobretudo ao nível da educação. Por outro lado, "Cabo Delgado é a província mais rica de Moçambique", pelo facto das recentes descobertas de grandes reservas de hidrocarbonetos na Bacia do Rovuma que atraiu grandes empresas internacionais de gás natural.

2.1. Perspectiva Histórica da Educação

No período colonial, a educação visava assegurar a hegemonia política e a direcção cultural da classe colonial dominante sobre as sociedades ditas tradicionais. A educação colonial estava virada para servir os seus interesses em clara contradição com os interesses económicos, políticos, sociais e culturais da população africana (GÓMEZ, 1999, p. 92 *apud* PALAGE, 2017).

Portanto, os programas da educação levados a cabo pelo colono na década 1930, sob a responsabilidade da igreja, através do estatuto missionário, serviam para assegurar objectivos económicos de exploração das riquezas das colónias que era a base real do mito, e para a materialização deste objectivo, foram abertas escolas de artes e ofícios a vários níveis.

A educação colonial não era inclusiva fazendo com que as escolas oficializadas tivessem resultados mais baixos em relação a outros tipos de ensino. A título de exemplo, em 1954 a taxa de analfabetismo em Moçambique era a mais alta ao nível do continente africano, chegando a atingir 95% da população indígena e cerca de 25% da população portuguesa estabelecida em Moçambique (BELCHIOR, 1965).

Na década 1960, à medida que a guerra de libertação nacional foi avançando, foram surgindo territórios fora do controlo da administração portuguesa e sendo ocupados pela FRELIMO. Esses territórios passaram a ser chamados de "zonas libertadas", principalmente nas províncias de Cabo Delgado e Niassa.

E desde cedo, a FRELIMO insistiu na importância e necessidade da educação para o avanço da própria luta, com as experiências da educação nas zonas libertadas (1964 - 1974). Nesse período, a educação assumia uma função política e militar, pois que alargava para as

novas zonas libertadas de forma a se aprofundar a sua hegemonia cultural tornando a escola num papel importante (GASPERINI, 1984 *apud* PALAGE, 2017).

Esta importância e necessidade da educação para o avanço da própria luta e o papel preponderante que a escola possuía baseada na hegemonia cultural, conforme sustenta Gasperini (1984), é contraditada pelo autor Zavangoni (2007, p. 46,47), pois, na visão dele, os estudantes das zonas libertadas e dos “centros-piloto” que surgiram em Cabo Delgado, Niassa e Tete, e onde foram introduzidos este modelo de ensino, eram estudantes de pais frelimistas, ex-combatentes ou órfãos de guerra e membros da FRELIMO.

Associando-se ao pensamento de Zavangoni (2007), nessas zonas libertadas formaram-se os primeiros quadros e guerrilheiros, num novo contexto, onde a FRELIMO dominava. Alguns desses quadros são hoje técnicos, altos funcionários do Governo e dirigentes do Partido FRELIMO, entre outros.

Com o fim da guerra de libertação nacional e a conquista da independência (1975), a educação passou a ser uma das primazias do novo governo. A título de exemplo, foram adotadas disciplinas com conteúdos, referências e objetivos que retratassem com a realidade moçambicana, na intenção de democratizar e ampliar o acesso à educação, pautados na organização das instituições políticas do Estado e de sistemas educacionais que validassem a reconstrução do território e a supremacia da pátria, isto é, a educação como um direito humano e como um instrumento de manutenção do bem-estar do cidadão (MACAMO, 2015).

Segundo Macamo (2015), quando refere à educação como “um direito humano” tem fundamento uma vez que é regulamentado no art.26 da Declaração Universal dos Direitos Humanos/DUDH⁴. Pois, em todos os eventos se realçou a importância da educação como “a chave para um desenvolvimento sustentável, assim como para assegurar a paz e a estabilidade dentro de cada país e entre eles e, portanto, meio indispensável para alcançar a participação efetiva nas sociedades e economias do século XXI” (UNESCO, 2001, p.8), por outro lado,

⁴ Todos os seres humanos têm direito à educação. A educação será gratuita, pelo menos nos graus elementares e fundamentais. A educação elementar será obrigatória. A educação técnico-profissional será acessível a todos, bem como a educação superior, está baseada no mérito.

conforme defende a Carta Africana dos Direitos Humanos e dos Povos, a Declaração de Banjul em 1981, no art.17⁵.

Ainda, nos primeiros anos pós-independência, o governo de Moçambique usou a experiência da luta de libertação nacional, como ponto de referência e de inspiração, para o novo sistema de educação, com a experiência das zonas libertadas. Paralelamente, as campanhas para alfabetização da população ajudaram bastante para a redução da taxa de analfabetismo. Como por exemplo a taxa de analfabetismo de 1970, de 90% se reduziu para 70%, em 1980, 84% correspondia as mulheres, e 55% correspondia aos homens (INTAQUE; SUBUHANA, 2018, p. 26).

Mais tarde, entre 1977 à 1992, Moçambique assistiu a problemas sérios após a independência com a Guerra Civil entre a FRELIMO e RENAMO, como é o caso do retrocesso económico e social, a corrupção política, a pobreza, as desigualdades económicas e o insucesso do planeamento central⁶. E durante a Guerra Civil, cerca de 50% das escolas primárias, 13% da rede escolar secundária, 22,5% dos centros de formação de professores e muitos centros de alfabetização da população adulta fecharam (INTAQUE; SUBUHANA, 2018, p. 26).

Por outro lado, comungando com a concepção dos autores Intaque & Subuhana (2018, p.26), nesta fase, registou-se muitas políticas públicas estabelecidas pelo governo para o funcionamento do Estado que tiveram consequências negativas, com maior realce a expansão da área da educação (BASTOS *et Al*, 2016 *apud* BASTOS & DUARTE, sd).

Com o fim da Guerra Civil, foram revisadas as bases e diretivas do sistema educativo definidas em 1983, passando a incorporar outras mudanças adotadas com a nova Constituição da República, assinada no acordo de paz em 1992 (SELEMANE, 2012 *apud* PASTORE; BARROS, 2018, p. 22).

⁵ Porém, toda pessoa tem direito à educação.

⁶ Os problemas demonstrados, constituíram também umas principais causas da Guerra Civil em Moçambique.

Mas também, foi acrescentando na educação aspectos relevantes para a ampliação e alcance do ensino, como, por exemplo, a perspectiva da multiculturalidade presente no ensino e de uma ligação estreita entre escola e comunidade, com valorização e desenvolvimento das línguas nacionais e a oferta de um ensino que garantia a igualdade de oportunidades aos cidadãos (MUGIME; LEITE, 2015, p. 91 *apud* PASTORE; BARROS, 2018, p. 23).

Porém, como estratégia global, o governo moçambicano adoptou, em 1995, a Política Nacional de Educação. Esta política, definiu a educação básica em que as crianças com idade de escolaridade, a alfabetização e educação de adultos como prioridades, donde se expandiram o número de escolas (PASTORE; BARROS, 2018, p. 24)⁷.

Portanto, ao longo dos anos, foram ainda adotadas outras reformas no intuito de melhoria do ensino, como a última ocorrida em 2006-2010; porém, existia ainda grande percentagem de crianças que não tinham terminado o ensino básico, além do número alto de abandono dentro da educação básica (MACAMO, 2015).

Nesta perspectiva, autores moçambicanos, como Castiano *et al.* (2005), *apud* Pastore & Barros, (2018, p. 27), sugerem que as escolas e as organizações de ensino deveriam passar pela “africanização” ou modernização da educação, entendendo que as escolas são capazes de modificar as culturas e saberes locais em ciência. Por outro lado, os autores propõem que é preciso integrar a todos nos processos de educação e ensino aos quais pertencem⁸.

Segundo a UNICEF (2014), apesar da construção de escolas ter aumentado nos últimos seis anos, quase metade das existentes em Moçambique ainda se encontram em condições precárias, com pouca ou nenhuma infraestrutura. Mas também, o número de professores ainda permanece muito baixo, com uma média nacional de 63 alunos a cada professor em sala, o que acaba por ocasionar um baixo aproveitamento durante o período das aulas pelos alunos.

⁷ Em que maioria das escolas haviam sido devastadas durante o período da guerra civil.

⁸ Deve ouvir os alunos, professores, pais e pessoas envolvidas nas comunidades.

Nos dias actuais, verifica-se um crescimento de forma quantitativa no que diz respeito a expansão da rede escolar em grande proporção para o ensino básico, secundário geral do que o ensino técnico profissional.

Pois, a educação em Moçambique carrega, ainda as marcas de um período histórico e das inúmeras questões socio-políticas e econômicas vinculadas aos processos de colonização europeia. A título de exemplo, verifica-se que em termos de escolas técnico-profissionais, nota-se uma maior concentração na capital provincial (04) Pemba; Balama, Macomia e Quissanga. Ao Norte do Rio Messalo não é identificada nenhuma escola técnico-profissional, como também no distrito de Palma, a região timoneira dos grandes investimentos do sector do gás (FEIJO; SOUTO; MARQUENZI, 2021).

Nota-se que há falta de pessoal qualificado e capacitado para responder a demanda ao nível da região, o que induziu as empresas multinacionais em recrutar o seu potencial em outros pontos do País, possibilitando uma ameaça e geração de sentimento de exclusão dos locais em termos de empregabilidade.

Portanto, segundo o inquérito indicador de prestação de serviços, Moçambique, Educação (Março, 2015) dá-nos conta que em Moçambique pouco se faz ao nível da Educação. O inquérito acima, ainda constatou que “quase metade dos professores não estavam na sala de aula e apresentaram graves lacunas de conhecimento e capacidade de ensinar, o mesmo aconteceu com os membros da direcção da escola”.

A título de exemplo, no momento da realização do inquérito, cerca de 56% dos alunos estavam ausentes e revelaram graves carências ao nível do português ou da aritmética”.

Ainda, segundo o inquérito aponta que

A qualidade do ensino determinará de forma crítica se a promessa da prosperidade da recém-descoberta riqueza mineral será compartilhada entre todos os Moçambicanos e se o crescimento económico ficará concentrado nas indústrias extrativas, enquanto a inovação, educação e formação permanecem subdesenvolvidas. (INQUÉRITO DE INDICADOR DA EDUCAÇÃO, 2015, p. 1).

Com base nos dados do inquérito acima referido, podemos apontar que desde os anos remotos da educação em Moçambique, sobretudo a província de Cabo Delgado, ficou esquecida ao nível das políticas de desenvolvimento educacional.

3. EVOLUÇÃO DA REDE E EFECTIVO PROFISSIONAL ESCOLAR EM CABO DELGADO (2015-2017)

3.1 Rede Escolar

De acordo com o Relatório e Balanço da DPEDH (2015), a província de Cabo Delgado em 2015, funcionou com 907 escolas públicas, dessas, 432 eram do EP1, 451 do EP2, 18 do Ensino Secundário Geral do 1º Ciclo, 1 do ESG do 2º Ciclo, 2 do Instituto de Formação de Professores e 4 Instituto Técnicos Profissionais do nível básico.

No período de 2015, as escolas pertencentes a zona sul de Cabo Delgado como é o caso de Montepuez, Namuno, Chiúre e Balama, tiveram números elevados em relação a rede escolar, quando comparados com os distritos da zona norte e centro, com realce para os distritos de Ibo, Muidumbe e Quissanga.

Em Cabo Delgado até em 2017, ano em que começou a emergir o conflito armado, já funcionava com 985 escolas públicas, isto é, 403 eram do EP1, 534 do EP2, 19 do Ensino Secundário Geral do 1º e 2º Ciclos, 03 Institutos de Formação de Professores e 05 Instituto técnicos profissionais (DPEDH, 2017).

Nesta perspectiva, notou-se um crescimento de 32 escolas em toda província, das quais 02 novas escolas do EP1, 19 Escolas do EP1 transformadas em EPC, 01 Escola do 1º ciclo e 07 Escolas do 2º ciclo do ensino secundário, 1 Instituto de Formação de Professores e 01 Instituto Técnico Profissional.

3.2 Efectivo Escolar

Na província de Cabo Delgado no período de 2015, foram matriculados 409.067 alunos de todos os níveis de ensino e cursos (diurno e nocturno), dos quais 361.453 do EP1, 46.249 do EP2 e 26.287 do ESG e 1.365 do IFP (DPEDH, 2015). Por outro lado, a mesma província, no período de 2017 contava com 425.907 alunos, desses, 350.979 do EP1, 47.378 do EP2 e 26.182 do ESG e 1.371 do IFP.

Neste aspecto, houve uma evolução de 4,16% do efectivo escolar quando comparado com o ano de 2015, para além de que os distritos de Montepuez, Quissanga, Balama, Macomia e Chiúre não atingiram a meta anual planificada.

3.3 Corpo Docente

Segundo os dados do Plano Económico e Social (2015, p.29), para assegurar o ensino em 2015, as escolas funcionaram com um efectivo de 7.615 professores, desses 4.900 de EP1 (1ª - 5ª classe), 1.656 de EP2 (6ª - 7ª classe), 581 de ESG1 (8ª -10ª classe) e 478 de ESG2 (11ª - 12ª classe).

Porém, estes dados quando comparados com o período de 2017, verificou - se um elevado crescimento chegando a atingir cerca de 8.984 professores, desses redistribuídos em 5.435 para EP1 (1ª - 5ª classe), 1.897 de EP2 (6ª - 7ª classe), 1.013 de ESG1 (8ª -10ª classe) e 639 de ESG2 (11ª - 12ª classe), apenas para as escolas do ensino público (PES, 2017).

Ainda, no que diz respeito ao corpo docente, em 2017 a Província de Cabo Delgado, havia aumentado o número dos contratados em relação em 2015, uma vez que tinham sido contratados 1.369 novos professores (210 mulheres) para todos os subsistemas de ensino geral, de igual número do planificado, o que representou 100% de realização, tendo resultado na melhoria do rácio aluno/professor no EP1 que passou de 69 para 67, mas mesmo assim não se atingiu a meta nacional que era de 62 (DPEDH, 2017).

3.4 Rácio aluno/professor

A província de Cabo Delgado no período de 2015 contava com o rácio aluno/professor de 70 para EP1 (1ª - 5ª classe), 38 de EP2 (6ª - 7ª classe), 59 de ESG1 (8ª -10ª classe) e 51 de ESG2 (11ª - 12ª classe), respectivamente (PES, 2015).

Entretanto, de acordo com os dados do Plano Económico e Social (2017, p.6), mostraram uma redução do rácio aluno professor em relação o período transato, para 67 no EP1 (1ª - 5ª classe), 37 de EP2 (6ª - 7ª classe), subiu para 60 no ESG1 (8ª -10ª classe) e baixou para 49 no ESG2 (11ª - 12ª classe).

3.5 Alfabetização e Educação de Adultos

A província de Cabo Delgado tem-se engajado na luta contra o analfabetismo, que coloca ao maior índice da taxa ao nível do País IOF (2014/2015). Neste sentido em 2015, foram inscritos 28.043 alfabetizandos em todos os níveis do subsistema (Regular, Alfa - Rádio e PROFASA), os dados representaram uma realização de 63,3%, contra 68,7% do planificado. Porém, foi referido o incumprimento da meta devido a redução do orçamento para a contratação dos alfabetizadores voluntários (DPEDH, 2015).

Nesta perspectiva, segundo relata o PES (2017, p.7), a província de Cabo Delgado em 2017 havia inscrito 28.002 Alfabetizandos em todos os níveis do subsistema, dos 28.223 planificados, o que correspondeu uma redução na ordem 0,2% quando comparado em 2015.

3.6 Taxa Bruta de escolarização, Admissão e Transição escolar

Segundo o relatório anual e balanço da DPEDH (2015) em conformidade com o PES (2016), documentam relativamente à *Taxa Bruta de Escolarização*⁹, no período de 2015 à 216, os dados mostraram que os distritos de Ancuabe e Chiúre, registaram a taxa mais baixa da província de Cabo Delgado (entre 93,6% e 96,9% respectivamente), em relação ao efectivo global de alunos que chegaram até ao fim do ano lectivo numa escola, e a mais alta da província foi registada no distrito de Montepuez com 200,9%, superando a média provincial que era de 136,2%.

Ainda, os dados indicaram que quanto à *Taxa Bruta de Admissão*¹⁰, os distritos de Quissanga e Cidade de Pemba registaram a taxa mais baixa (de 130,8% e 140%, respectivamente) dos alunos admitidos ao subsistema de educação, no referido ano lectivo respectivamente, e a mais alta foi registada no distrito de Ibo com 298,2%, acima da média Provincial que é de 178%.

⁹ Proporção entre o total de alunos frequentando o EP1 e a população do grupo etário oficial para frequentar o EP1 (população de 6 - 10);

¹⁰ Proporção entre o total de alunos que frequentam a 1ª classe pela primeira vez (novos ingressos) e a população com idade oficial para ingressar na 1ª classe (6 anos);

Por outro lado, quanto à *Taxa de Transição Escolar*¹¹, os distritos de Namuno e Metuge registaram a taxa mais baixa de 58.2% e 63.1%, respectivamente, ao total de alunos aprovados/transitados numa classe para a subsequente. E a mais alta foi registada no distrito de Mueda com 97.3%, acima da média Provincial que é de 81.4%,

Para além dos dados acima mostrados, quando comparados com o período de 2017 relativamente a taxa líquida de escolarização do EP1 por distrito, nos distritos de Palma e Quissanga registaram-se os níveis baixos, ao nível de 55.1% e 56.9% respectivamente, quando ainda comparados com os outros distritos da província de Cabo Delgado.

Nesta perspectiva, o distrito de Pemba registou o valor mais elevado da Província, na ordem de 84,7% que superou a proporção entre os alunos que frequentaram o EP1 e os que tinham a idade oficial para o frequentar (6 - 10), e a população no mesmo grupo etário ao nível da Província que era de 71% (PES, 2017).

Portanto, em relação a taxa bruta de escolarização do EP1 nos distritos de Balama zona Sul e Pemba zona Centro era de 94,6% e 105,1% respectivamente e o distrito de Mueda - zona Centro na ordem de 196,4%, este último superou a proporção entre o total de alunos frequentando o EP1 e a população do grupo etário oficial para frequentar o EP1 (população de 6 - 10) ao nível da Província que era de 126,1%.

3.7 Taxa de Aproveitamento Escolar por Distrito

Em relação ao aproveitamento escolar por distrito nas EP1 na província de Cabo Delgado em 2017, houve uma redução nos distritos de Namuno e Mecúfi, na ordem de 75,8% e 76,7% respectivamente. Em relação os outros distritos da Província e cresceu o distrito de Balama na ordem de 88,5% tendo superado a província na ordem de 82,5% (DPEDH, 2017).

Por outro lado, de acordo com os dados do relatório anual da DPEDH (2017), em relação à taxa de desistência, apontam que os distritos de Pemba e Mueda tiveram menor índice na ordem de 1% e 2,7% respectivamente, e que leva-nos a julgamos pelo factor urbanização, quando comparado com o crescimento da taxa de desistência para o distrito de Montepuez por

¹¹ Percentagem de alunos que transitam do Ensino Primário para o Secundário

causa do serviço garimpo que se registou consideravelmente naquela região neste período, tendo atingido na ordem de 18.5% que superou a taxa da província na ordem de 7.6%.

4. APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

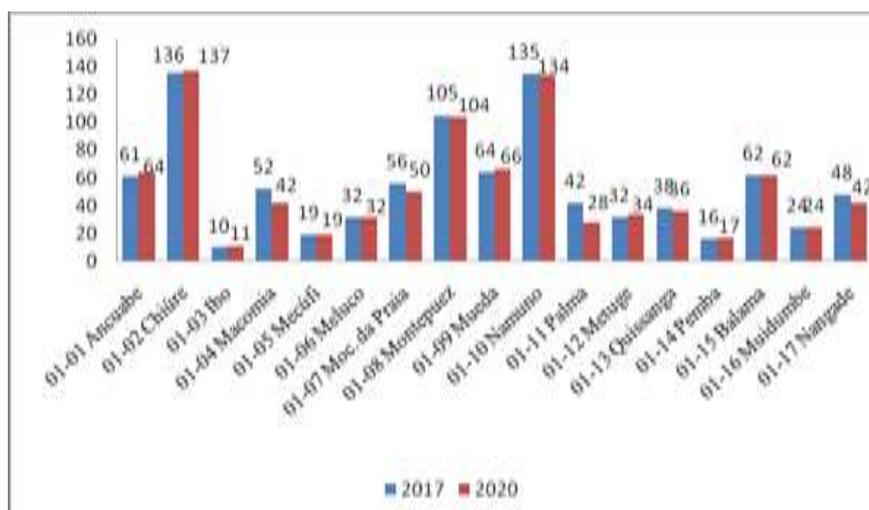
4.1 Rede Escolar

A análise dos dados deste estudo, consistiu na selecção, categorização e interpretação, e em seguida foram organizados em tópicos e discutidos através dos dados estatísticos e secundários com recurso as respostas dos informantes-chaves nas seguintes categorias e indicadores:

4.2 Rede Escolar

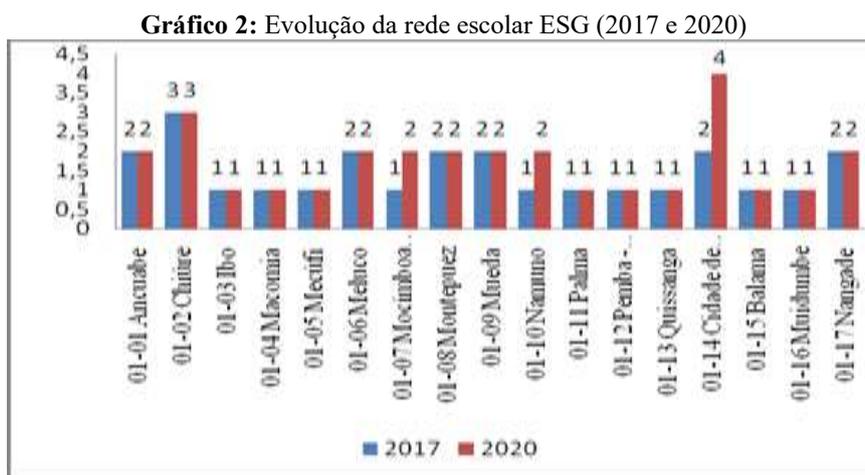
Antes do conflito armado na zona norte e centro, a província de Cabo Delgado funcionou com 932 escolas do EP1+EP2, estatisticamente. De 2017 até Novembro de 2020, a rede escolar do EP1+EP2 reduziu em 30 escolas do mesmo nível. Esta redução é reflectida com maior enfoque nos distritos onde o conflito armado se mostra intenso. Vide o gráfico abaixo:

Gráfico 1. Evolução da Rede Escolar EP1+EP2 (2017 e 2020)



Fonte: DPEDH, Balanço (2020:1º Semestre)

E para o Ensino Secundário Geral, as estatísticas mostram uma evolução da rede escolar nos distritos de Pemba (02), para Mocímboá da Praia (01) e Namuno (01), passando de 25 para 29 escolas. Vide o gráfico abaixo:



Fonte: DPEDH, Balanço (2020:1º Semestre)

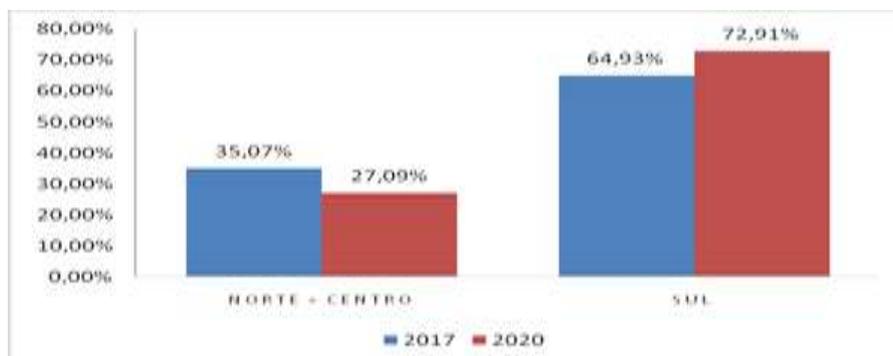
O que quer dizer que em termos de infraestruturas de educação, verificou-se que a rede de escolas primárias é maior no sul da província, precisamente nas zonas mais populosas, e para as escolas secundárias constou uma maior concentração nos distritos onde existem centros urbanos, nomeadamente na cidade de Pemba, Montepuez, Mueda (FEIJO; SOUTO; MARQUENZI, 2021, p. 38).

4.3 Efectivo escolar (alunos)

As estatísticas revelaram que em 2017, a Província de Cabo Delgado contavam com 424 alunos do EP1+EP2, desse número, 35,07% pertenciam aos distritos atacados pelo conflito armado. Em 2020, o efectivo escolar nestes distritos foi de 27,09%, o que significa que quando comparado em igual período, houve uma redução na ordem de 7,98% do efectivo escolar nas zonas atacadas pelo conflito armado.

Por outro lado, em 2017 o efectivo escolar de EP1+EP2 era de 64,93% para os distritos não atacados, e em 2020 foi de 72,91%, o que significa que quando comparado em igual período, houve um crescimento na ordem de 7,98% do efectivo escolar das zonas não atacadas. Esse aumento provém dos alunos deslocados das zonas atacadas pelo conflito armado. Vide o gráfico a seguir:

Gráfico 3: Efectivo escolar 2017 e 2020 (EP1+EP2)

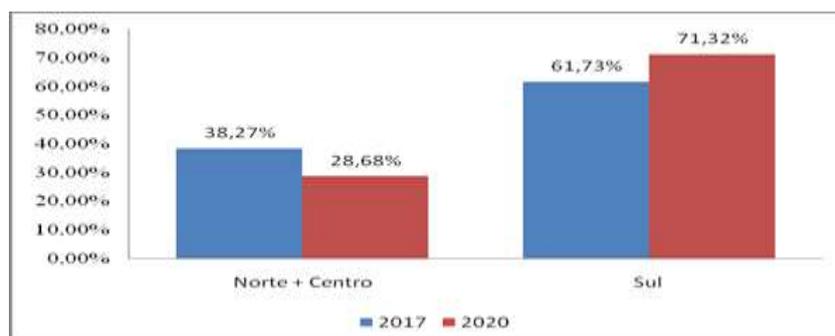


Fonte: DPEDH, Balanço (2020:1º Semestre)

Para o Ensino Secundário Geral, a província de Cabo Delgado contava com cerca de 35.071 alunos do ESG em 2017, desse número, 38,27% pertenciam para os distritos atacados pelo conflito armado. Em 2020, o efectivo escolar dos distritos atacados foi de 28,68%, e quando comparado em igual período, houve uma redução na ordem de 9,59% do efectivo escolar nas zonas atacadas pelo conflito armado. Vide o gráfico abaixo.

239

Gráfico 4. Efectivo escolar 2017 e 2020 (ESG)



Fonte: DPEDH, Balanço (2020:1º Semestre)

De igual modo, em 2017 o efectivo escolar de ESG era de 61,73% para os distritos não atacados, e em 2020 foi de 71,32%, o significa que quando comparado em igual período, houve um aumento na ordem de 9,59% do efectivo escolar das zonas não atacadas. Esse aumento provém dos alunos deslocados das zonas atacadas pelo conflito armado

4.4 Caracterização da educação nos distritos atacadas

Os dados do terreno dão conta que a Educação não funciona nos distritos de Quissanga, Mocimboa da Praia, Macomia e Muidumbe. E nos restantes distritos da zona norte e centro, funciona nas sedes distritais e postos administrativos, por se localizarem no corredor.

Tabela 1: Funcionamento da educação nas zonas atacadas.

Distritos afectados	Funcionamento do ensino
01-04 Macomia	Ensino totalmente paralisado (inexistente)
01-06 Meluco	Funciona na sede do distrito (1 ESG e 1 EPC)
01-07 Mocimboa da Praia	Ensino totalmente paralisado (inexistente)
01-03 Ibo	Funciona na sede do distrito (1 EPC e 1 ESG) e na sede do posto administrativo de Quirimba (1EPC) embora com poucos alunos
01-09 Mueda	O ensino funciona na sede do distrito e no posto administrativo de Imbuho por serem corredores
01-11 Palma	O ensino funciona na sede do distrito (e no posto administrativo de Pundanhare, uma vez que ainda não foi atacado)
01-13 Quissanga	Ensino totalmente paralisado (inexistente)
01-16 Muidumbe	Ensino totalmente paralisado (inexistente)
01-17 Nangade	O ensino funciona na sede do distrito (1 EPC e 1 ESG) e no posto administrativo de Ntamba (1 EPC), por ser corredor.

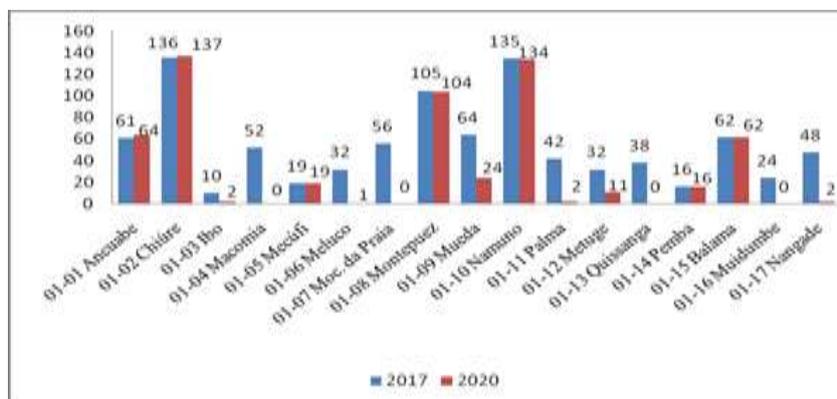
Fonte: Inquérito (2020)

As zonas em que a Educação está totalmente paralisada deve-se a constantes ataques que se vêm perpetrando, fazendo com que não existam condições para o ensino.

Na mesma perspectiva, analisando os dados estatísticos, ora apresentados relativamente a evolução da rede escolar tanto do EP1+EP2 e do ESG, verifica-se uma enorme diferença quanto ao número de escolas cujo, ensino se encontra paralisado quando comparado com os do terreno.

Como pode se notar, o gráfico 5 a seguir, mostra-nos uma redução da rede escolar em funcionamento de 354 escolas do EP1+EP2 e não em 30 escolas como refere os dados estatísticos.

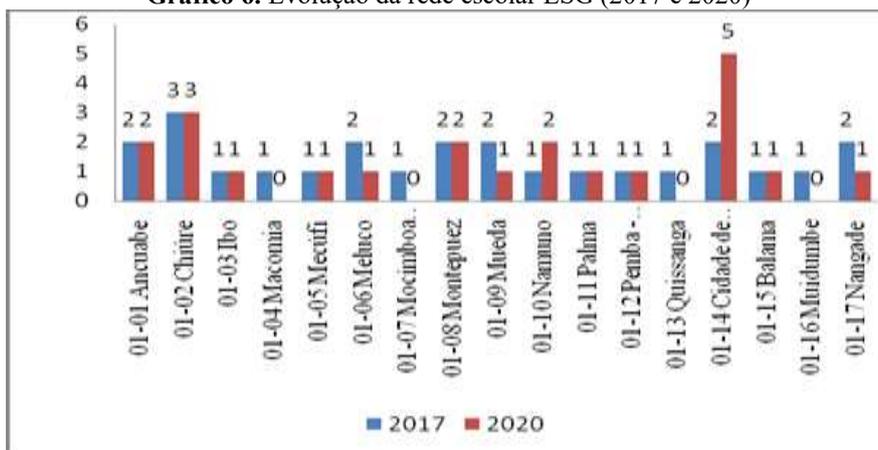
Gráfico 5: Evolução da Rede Escolar EP1+EP2 (2017 e 2020)



Fonte: Elaborado pelo autor (2020)

A situação acima, também é semelhante com a rede escolar real do Ensino Secundário Geral que apesar de redução de 07 escolas nos distritos atacados como Macomia (1), Meluco (1), Mocímboa da Praia (1), Mueda (1), Quissanga (1), Muidumbe (1) e Nangade (1) por conta do conflito armado, similarmente verificamos aumento de 02 escolas nos distritos de Pemba e Namuno. Vide o gráfico 6.

Gráfico 6. Evolução da rede escolar ESG (2017 e 2020)



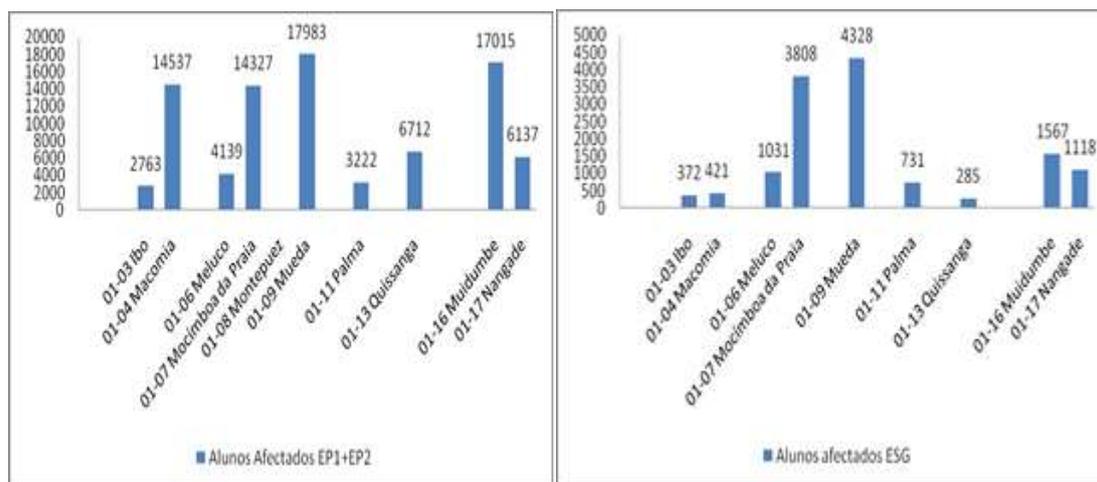
Fonte: Elaborado pelo autor (2020)

Neste contexto, entendemos que os dados obtidos no terreno evidenciam a realidade e algumas estatísticas da DPEDH nos conduzem a resultados de que se trata de dados fictícios e politizados, uma vez que o ensino nas zonas de conflito é deficiente, aliado com a realidade actual do COVID-19, em muitas escolas não existem aulas porque não há alunos e nem professores.

4.5 Alunos afectados pelo conflito armado

Os dados do terreno apontam que cerca de 86.835 alunos de EP1+EP2, foram afectados pelo conflito armado na província de Cabo Delgado, com mais enfoque nos distritos de Mocímbo da praia, Mueda, Muidumbe, Quissanga, Macomia.

Gráfico 7. Alunos afectados EP1+EP2 e ESG



Fonte: Elaborado pelo autor (2020)

E para o Ensino Secundário Geral, o conflito armado afectou cerca de 13.661 alunos, onde os picos mais altos estão nos distritos de Mueda, Mocímbo da Praia e Muidumbe.

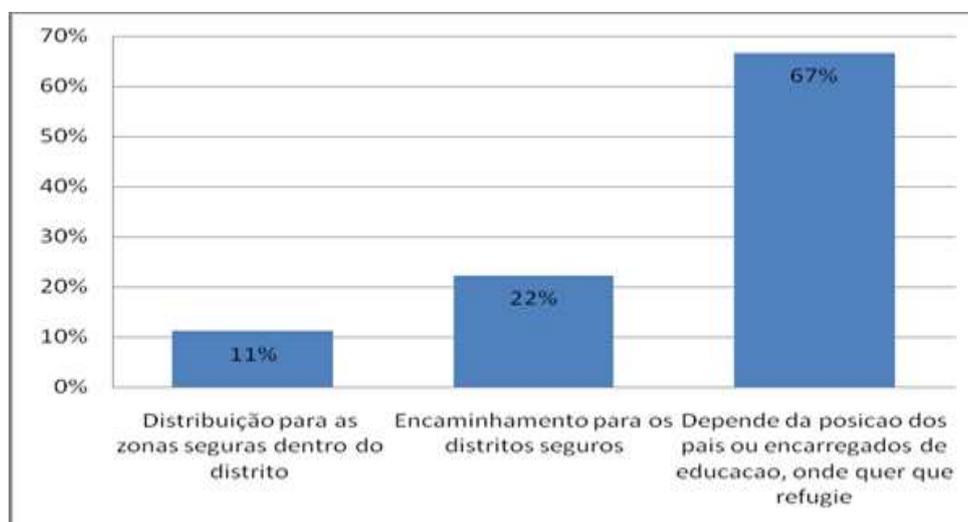
4.6 Os mecanismos adoptados para os alunos e professores afectados

As informações do terreno garantiram que por parte dos SDEJT's e ou a DPEDH, em representação do Governo, a Sociedade Civil, estão sendo envidados vários mecanismos seja

para acabar com o conflito militar assim como a manutenção da Educação aos alunos e professores afectados a título de exemplo destaca-se:

O reassentamento das populações (distribuição dos alunos para as zonas seguras dentro do distritos),¹² e para os distritos de refúgios onde se presume garantir-se a segurança, seja por esforço do governo ou pelos pais de Encarregados de Educação dos alunos.

Gráfico 8: Os mecanismos adoptados aos alunos afectados



Fonte: Elaborado pelo autor (2020)

Entretanto, dos inquiridos, 67% afirmaram que não existe orientação de encaminhamento dos alunos e professores para um determinado ponto que se acha ser seguro, mas que este processo tem dependido das capacidades particulares (dos pais ou encarregados de Educação do aluno), 23% encaminham a população (aluno) por iniciativa do governo para as zonas seguras e 11% encaminham os alunos nas zonas seguras dentro dos distritos.

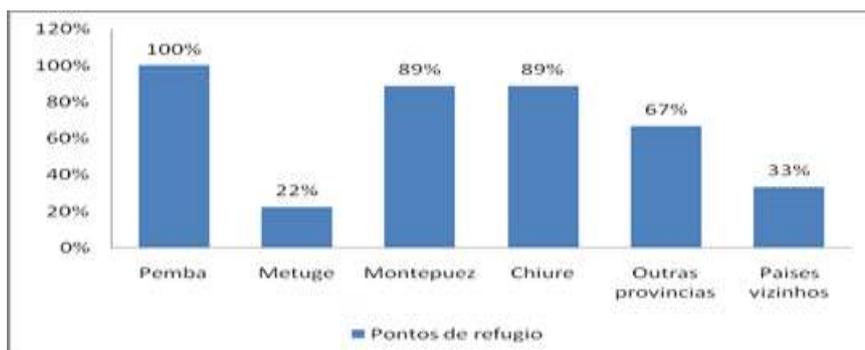
4.7 Os pontos de deslocação e refúgios dos alunos e professores afectados

Em termos dos pontos de refúgio dos alunos e professores, em 100% das respostas dos inquiridos apontaram a cidade de Pemba. E quando questionados se existiam outros pontos de

¹² Distritos onde a Educação funciona na sede e nos postos administrativos

refúgio para além de Pemba, cerca de 89% referiram (Montepuez, Chiúre), 67% (Outras Províncias), 33% (Países vizinhos), 22% (Metuge).Vide o gráfico 09 abaixo:

Gráfico 9: Indicador de refúgio dos alunos e professores afectados

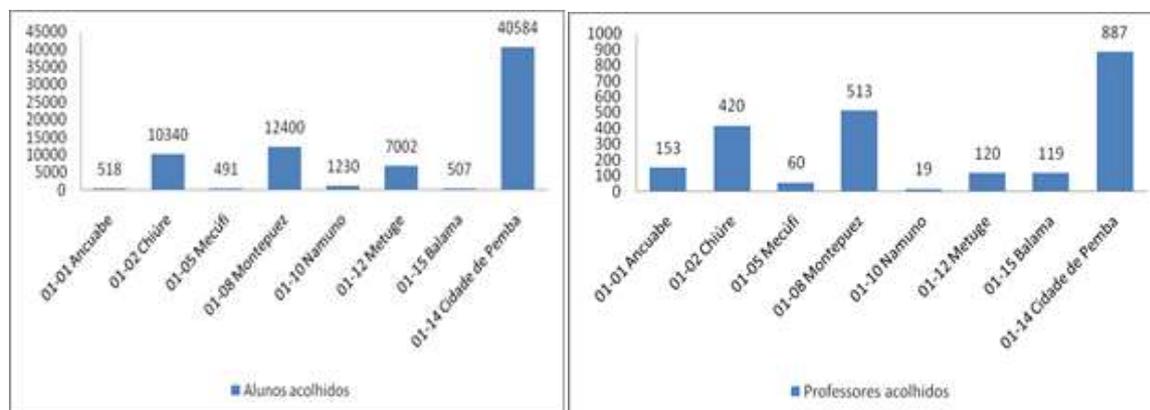


Fonte: Elaborado pelo autor (2020)

4.8 Acolhimento dos alunos e professores nos distritos de deslocação

Em termos dos alunos e professores que optam por deslocar-se para os pontos mais seguros, as informações do terreno (Directores de SDEJT não afectados), indicaram que cerca de 73.072 mil alunos e 2.291 mil professores foram acolhidos nos pontos de refúgios dentro da Província de Cabo Delgado e destes, 40.584 alunos e 887 professores em Pemba, 12.400 alunos e 513 professores em Montepuez e 10.340 alunos e 420 professores em Chiúre. Vide o Gráfico 10.

Gráfico 10: Alunos e professores acolhidos nos distritos de refúgio

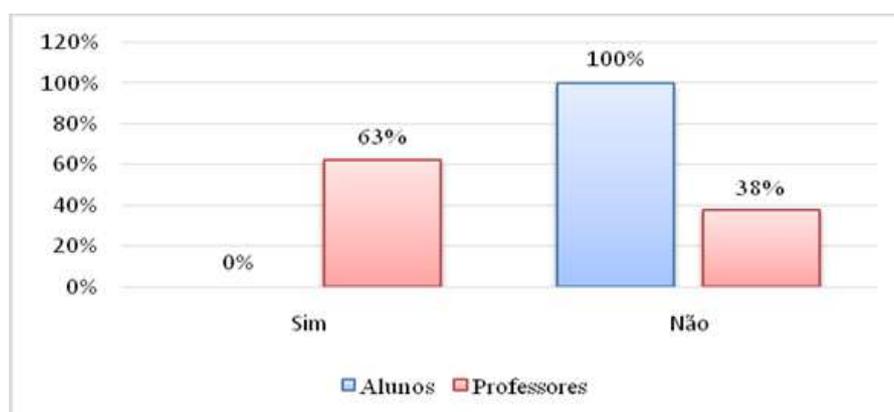


Fonte: Elaborado pelo autor (2020)

4.9 Exigências de formalidades pedagógicas no acolhimento e integração dos alunos e professores afectados na escola

Neste aspecto, verificou-se que para os alunos, não existem formalidades pedagógicas, basta o aluno ou o encarregado de educação prestar declarações sobre a situação pedagógica. Porém, para os professores, 63% dos inquiridos revelaram existir formalidades da situação pedagógica do professor para melhor enquadramento conforme as suas habilidades e qualificações e 38% revelaram não existir formalidades, conforme ilustra o gráfico 11 abaixo:

Gráfico 11: Exigência de formalidades pedagógicas dos alunos e professores nos pontos de refúgio



Fonte: Elaborado pelo autor (2020)

Por outro lado, 88% dos inquiridos revelaram que nem todos alunos e professores são inseridos ou atribuídos turmas, devido a insuficiência de salas de aulas decorrentes da superlotação de alunos. Vide o gráfico 12.

Gráfico 12: Formas de integração de alunos e professores nas escolas



Fonte: Elaborado pelo autor (2020)

Os dados revelam ainda que todos os alunos de classes isentas de exame transitaram automaticamente para a classe seguinte, sem mais avaliações, dando por encerrado o ano lectivo para essas classes, cerca de cinco meses após a suspensão das aulas provocada pelo impacto da COVID-19 (MINEDH, 2020).

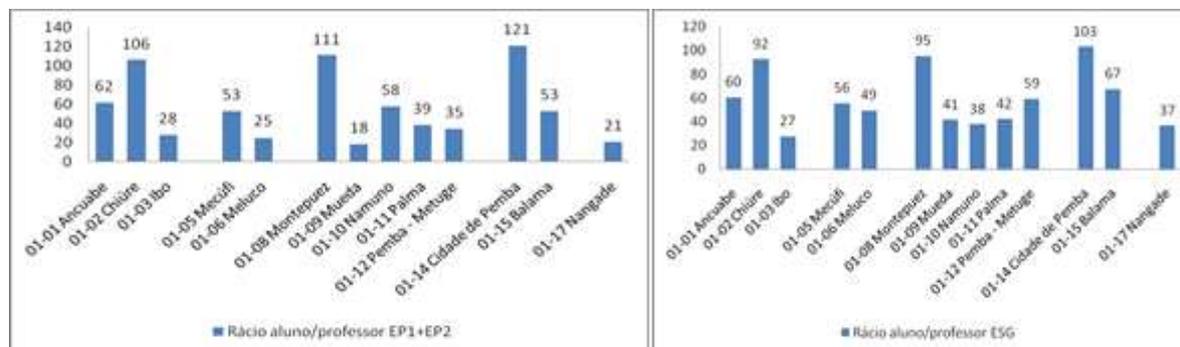
Logo, percebe-se que existem professores que simplesmente ficam atentos apenas nas suas contas salariais no final do mês, para auferir os ordenados sem trabalhar e, ou enquanto os alunos sem nada fazer, não só, mas também, aliado ao COVID-19, aguardando as passagens automáticas no final do ano lectivo escolar.

4.10 Rácio Aluno/Professor nos distritos onde ainda funcionam as escolas

Para o EP1+EP2, verificou-se com maior destaque nos distritos de Pemba (121), seguido de Montepuez (111) e Chiúre (106). E para o ESG, (103,95 e 92, respectivamente)¹³. Vide o gráfico 13.

¹³ Actualmente, salvo, as medidas decorrentes de prevenção do COVID -19 (Protocolos sanitários & Psicossocial), com a implementação de turmas de 20/20

Gráfico 13: Rácio Aluno/Professor EP1+EP2 e ESG



Fonte: Elaborado pelo autor (2020)

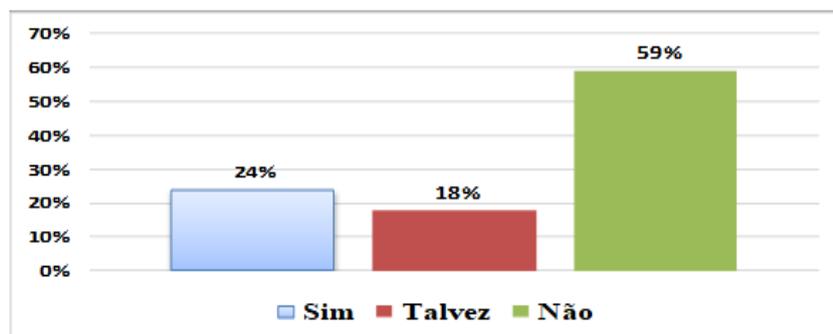
Os picos mais altos de rácio aluno/professor são justificados pelas recentes migrações de cerca de meio milhão de indivíduos internos, com maior incidência a cidade de Pemba (117.952), Metuge (49.915), Montepuez (92.474), Ancuabe (43.460) e (72.901) em Chiúre (OIM, 12:2020).

Por outro lado, verificou-se os menores rácios no distrito de Mueda (18) para o EP1+EP2 e Ibo (27). Porém, os rácios menores são justificados pelo menor número de alunos que ficaram nas escolas que funcionam apenas na sede distrital e postos administrativos que se localizam ao nível dos corredores do distrito.

4.11 As recentes descobertas de recursos naturais e o investimento na educação

Neste indicador, procuramos saber aos inquiridos quanto as suas expectativas em relação as recentes descobertas de recursos naturais na província e as multinacionais que têm vindo a se implantar, se contribuem ou contribuirão para os investimentos ao sector da educação. Vide o gráfico 14.

Gráfico 14: Espectativas ao investimento da educação vindos das responsabilidades sociais das multinacionais



Fonte: Elaborado pelo autor (2020)

Com as recentes descobertas de gás na bacia do Rovuma, representam um enorme potencial económico da província e do País. Por outro lado, estas oportunidades, prevê-se que Cabo Delgado gere mais serviços, empregos e ganhe mais espaço, apostando no investimento para formação Técnico Profissional (HOFMANN; MARTINS, 2012).

Apesar disso os nossos informantes-chave cerca de 59% responderam negativamente, referindo que as multinacionais não contribuirão de jeito algum, 24% revelaram que irão contribuir e 18% dos inquiridos apenas colocaram-se na dúvida devido a guerra numa altura em que os investidores estão assustados em continuar a apostar com os megas projectos na província.

248

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Era o propósito deste estudo compreender o impacto na educação do conflito em Cabo Delgado, caracterizando o processo de ensino e aprendizagem nas zonas afectadas, comparando a evolução da rede, efectivo profissional e escolar.

Do estudo, concluímos que Cabo Delgado é uma província esquecida em termos de políticas de desenvolvimento, inclusive ao nível da educação. Com o actual conflito armado em Cabo Delgado, aumentou em grande proporção a insegurança, a pobreza e o elevado custo de vida das populações, numa altura em que a província vive os efeitos nefastos da guerra conjugado com os dramas do Ciclone Kenneth e do Covid-19.

Apesar de que nos últimos anos, Cabo Delgado tornar-se em centro de discussão do país e fora dele com a descoberta de recursos minerais, sejam pedras, grafite, gás e petróleo tem fascinado na Província todo tipo de pessoas, negócios e projectos, sacrificando a vida das populações locais, pois com uma população maioritariamente analfabeta vê as oportunidades de emprego a beneficiar os forasteiros aumentando o custo de vida e o descontentamento da população.

Neste âmbito, aferimos o quadro geral do impacto do conflito armado sobre o sector de educação nesta região, nos seguintes aspectos:

- a) Existência de dados estatisticamente diferenciados relativamente a rede, efectivo profissional e escolar, ao nível da DPEDH e dos SDEJT's o que dificulta compreender aprofundadamente o grau da evolução do sector na Província;
- b) Os ataques armados nesta região fizeram com que meio milhão de deslocados internos da população de Cabo Delgado, abandonassem as suas casas. Com efeito, houve aumento das trajetórias migratórias para as zonas seguras, e algumas escolas que não foram destruídas são lugares de abrigo dos malfeitores e outras foram usadas para acolher deslocados de guerra servindo de centros de acomodação;
- c) Em quase todos os distritos da província até novembro de 2020, as escolas funcionaram na sua maior parte só na sede dos distritos e em algumas escolas que se localizam no corredor dos postos administrativos;
- d) A Província contou com 578 escolas até Novembro de 2020. Portanto foram encerradas 354 (EP1+EP2) e 04 (ESG), e os SDEJT's de Quissanga, Muidumbe, Mocímboa da Praia e Macomia, funcionam noutros distritos vizinhos;
- e) Existem na província mais de 86.835 alunos de EP1+EP2, e 13.661 do ESG, afectados pelo conflito armado em Cabo Delgado e o governo local deixam na inteira dependência dos pais ou encarregados de educação para o seu refúgio nas zonas seguras como (Pemba, Montepuez, Chiúre e outras províncias ou países vizinhos, Nampula, Tanzânia);

- f) Do número acima indicado, cerca de 73.072 mil alunos, 2.291 professores afectados foram transferidos de forma involuntária e acolhidos nos 08 distritos ainda não afectados pelo conflito armado.
- g) Por outro lado, registou -se a falta de exigência pedagógica para a sua integração na escola, aliado a insuficiência de salas de aulas para integrar a todos. Devido ao maior rácio aluno/professor nos distritos de Pemba chegando a atingir (121), seguido de Montepuez (111) e Chiúre com (106) para o EP1+EP2. Não só mais também para o ESG onde o distrito de Pemba chegou de a atingir (103), Montepuez (95) e Chiúre (92).
- h) Com o actual conflito armado na província, faz com que haja desmotivação no seio dos gestores escolares sobre os ensejos para o investimento do sector face as recentes descobertas dos recursos naturais e as multinacionais implantadas nesta região.

Essas conclusões permitem afirmar terem sido também confirmada a hipótese, inicialmente formulada nesta pesquisa, mais precisamente partindo-se de uma visão primordialmente pratica pelo facto de que é evidente o sofrimento de alunos e professores que não estão inseridos no Processo de Ensino e Aprendizagem, por causa do conflito armado na província de Cabo Delgado.

REFERÊNCIAS

BELCHIOR, Manuel. Evolução política do ensino em Moçambique. In: **Moçambique, Curso de Extensão Universitária**, Universidade técnica, Instituto superior de ciências sociais e política ultramarina, Lisboa, 1964-1965.

CARTA AFRICANA DOS DIREITOS HUMANOS E DOS POVOS. **Declaração de Banjul** (1981: artigo 17), disponível em <http://www.dhnet.org.br/direitos/sip/africa/banjul.htm>, acedido em 01 de Dezembro 2020.

DIRECÇÃO PROVINCIAL DE EDUCAÇÃO E DESENVOLVIMENTO HUMANO. **Relatório Balanço e PES 2015**. Cabo Delgado, 2015.

DIRECÇÃO PROVINCIAL DE EDUCAÇÃO E DESENVOLVIMENTO HUMANO. **Relatório Balanço e PES 2016**. Cabo Delgado, 2016.

DIRECÇÃO PROVINCIAL DE EDUCAÇÃO E DESENVOLVIMENTO HUMANO.
Relatório Balanço e PES 2017. Cabo Delgado, 2017.

DIRECÇÃO PROVINCIAL DE EDUCAÇÃO E DESENVOLVIMENTO HUMANO.
Relatório Balanço 1º Semestre - 2020. Cabo Delgado, 2020.

DIRECÇÃO PROVINCIAL DE EDUCAÇÃO E DESENVOLVIMENTO HUMANO.
Relatório Balanço 2º Semestre - 2020. Cabo Delgado, 2020.

FRANCISCO, António. “E se Cabo Delgado Fosse um País Independente” – **Diário Económico**, 2020.

HOFMANN, Katharina & MARTINS, Adrian de Souza. **Perspetiva | FES Moçambique -** Descoberta de Recursos Naturais em Moçambique Riqueza para poucos ou um meio de sair da pobreza? Fundação Friedrich-Ebert-Stiftung | Secção África Hiroshimastraße 17 | 10785 Berlin | Alemanha, 2012.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA. **Relatório Final do Inquérito ao Orçamento Familiar - IOF-2014/15.** Quadros Básicos Maputo, 2016.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA. **Censo 2017.** IV Recenseamento Geral da População e Habitação. Maputo, 2017.

LUSA (04.05.2019) **Grupo armado ataca aldeia em Moçambique, ajuda humanitária parada por prevenção.** Disponível em <https://www.lusa.pt/article/26171034/grupo-armado-ataca-aldeiaemmo%C3%A7ambique-ajuda-humanit%C3%A1ria-parada-por-preven%C3%A7%C3%A3o>, acesso em 18.07.2020.

MACAMO, Ernesto. M. **Insucesso escolar em Moçambique. Estudo de caso na Escola Secundária Graça Machel.** Dissertação de mestrado em Administração e Gestão Educacional, Departamento de Educação e Ensino a Distância, Universidade Aberta, Lisboa: Portugal, 2015

MAQUENZI, Jerry & FEIJÓ, João. Desenvolvimento socioeconómico de Cabo Delgado num contexto de conflito; **OMR** n° 101: Fevereiro. Maputo: 2020.

MAQUENZI, Jerry, ADAM, Yussuf & FEIJÓ, João. (2020). Integração Socioeconómica dos Deslocados Internos em Cabo Delgado – Um desafio Nacional. Destaque Rural **OMR**. n° 105, Maputo: 2020.

MORIER-GENOUD, Eric. **How a local Mozambique Islamic group becomes Africa's latest terror threat**, disponível em <https://qz.com/africa/1558111/mozambiques-islamist-threat-al-shabaab-hasroots-in-tanzania/>. 2019, acesso a 28.05.2020.

PALEGE, Sérgio E. **Currículo e Organização Escolar Nas Zonas Libertadas da Frelimo.** Monografia, Universidade Eduardo Mondlane, Maputo: 2017.

PASTORE, Marina & BARROS, Denise. Vivências e Percepções acerca da Educação em Moçambique: Olhares etnográficos em uma escola primária no bairro da Matola A, **Cadernos de Estudos Africanos**, Nº 35, posto online no dia 02 outubro 2018.

Disponível:URL:<http://journals.openedition.org/cea/2794>; DOI:<https://doi.org/10.4000/cea.2794>

SERVICES DELIVERY INDICATOR. **Moçambique. Inquéritos indicadores de prestação de serviços**. 95999. Maputo, Disponível em:

<http://documents1.worldbank.org/curated/pt/442101468187768256/pdf/95999->

PORTUGUESE-WP-PUBLIC-Box391432B-ADD-SERIES-WB-Mozambique-SDI-Brief-PUBLIC.pdf. 2015. Acedido em 22 de Novembro 2020.

SUBUHANA, Carlos & INTAQUE, Sabino. Educação Pós-independência em Moçambique. **Revista Africana e Africanidade**, Abril, nº 26, 2018.

UNESCO. **Educação para Todos: O compromisso de Dakar**, Brasília, Ação Educativa, 2001.

UNICEF. **Educação Moçambique. Situação atual**, disponível em

<http://www.unicef.org/mz/nosso-trabalho/o-trabalho-do-unicef/educacao/e> (<https://www.publico.pt/2020/06/28/mundo/noticia/beneficia-violencia-caos-norte-mocambique-1909886>). 2014. Acedido em 28 de Junho de 2020.

ZAWANGONI, Salvador A. **A Frelimo e a Formação do Homem Novo (1964-1974 e 1975-1982)**: Maputo, CIEDIMA, p.38-39, 2007.

Submetido: 02/03/2021

Aprovado: 03/09/2021